

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.698 - MG (2019/0261489-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : J DAS D P
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : M P DE C
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por J. das D. P., com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AUTO DE INFRAÇÃO - ART 249 ECA - MULTA.

1 - Comprovada a violação ao art. 249 do ECA, imperiosa se faz a aplicação da multa nele contida.

2 - Não há que se falar em integral cumprimento das obrigações referentes ao poder familiar quando os genitores de um menor de idade negligenciarem, por anos, o dever de assegurar educação a ele. (e-STJ, fl. 179)

A parte insurgente, no especial, alega violação do disposto nos arts. 373, I, 489, § 1º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil; 1.634 do Código Civil; e 4º e 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sustenta, além de omissão no aresto, a ausência de comprovação do dolo ou culpa na conduta do recorrente quanto à falta de frequência do seu filho à escola.

Decido.

A relação jurídica litigiosa em comento não tem relação de pertinência com o Direito Administrativo, porquanto a discussão trazida à baila no recurso especial está inserida no contexto do Direito de Família e preservação dos Direito da Criança e do Adolescente, os quais ostentam natureza jurídica privada.

Não há, pois, questão de Direito Público a ser dirimida pela Primeira Seção, razão pela qual a matéria deve ser submetida a uma das Turmas da Seção de Direito Privado, na esteira do que dispõe o art. 9º, § 2º, IV e XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL - REPRESENTAÇÃO ADMINISTRATIVA - MENOR QUE NÃO COMPARECE ÀS AULAS - OMISSÃO DOS DEVERES INERENTES AOS PODER FAMILIAR - DEVER DA FAMÍLIA DE GARANTIR A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 227 -

Superior Tribunal de Justiça

NÃO APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 249 DO ECA - OBSERVÂNCIA DA CONDIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS GENITORES - COMPROMETIMENTO DA MANUTENÇÃO DA FAMÍLIA - HIPOSSUFICIÊNCIA.

Hipótese: Controvérsia envolvendo o afastamento da condenação ao pagamento de multa decorrente de descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar - menor que não comparece às aulas.

1. No que diz respeito à natureza jurídica da questão controvertida, a Corte Especial - no julgamento do Conflito Interno de Competência n. 109.326/RS - declarou que a competência para julgamento da questão relacionada à aplicação de sanção pelo descumprimento dos deveres inerentes ao exercício do poder familiar é matéria de direito de família e, portanto, própria da competência da Segunda Seção.

2. Necessidade, na hipótese ora sob julgamento, do afastamento da multa imposta no art. 249 do ECA, porquanto no caso, conforme reconhecido pelo Tribunal de origem, devido as condições econômicas dos pais, a cominação pecuniária apenas agravaria ainda mais a situação material dos interessados, sendo suficiente as demais medidas concomitantemente aplicadas em primeiro grau, e assim, entende-se ser mais eficaz, para o fim que se espera, a aplicação de medida de advertência e de encaminhamento dos pais para tratamento psicológico e programas de orientação, com uma efetiva supervisão, voltada a conscientização de suas responsabilidades inerentes ao poder familiar, sendo inócua a aplicação de qualquer outra penalidade, mormente a financeira, que prejudicará indiretamente a família como um todo. Destacadamente na hipótese de célula que, segundo os autos, detém poucos recursos materiais.

2.1. A sanção, no caso concreto, não surtirá o efeito pretendido, tornando-se apenas uma penalidade gravosa, uma vez improvável a família lograr êxito em realizar o pagamento da multa convencionada sem comprometer o próprio sustento e, se cumprida, provavelmente acarretará o agravamento do seu estado de pobreza.

3. Recurso não provido.

(REsp 1.584.840/RJ, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 28/9/2016).

Ante o exposto, declino da competência e determino a redistribuição do feito a um dos Ministros integrantes das Turmas que integram a Segunda Seção desta Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator